



ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

**DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SEM DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
AMBIENTAL - A QUE PREÇO?**

MAI/JUN 2017

NÚMERO 13



ISSN 2182-8199

O CONTEÚDO EDITORIAL DA REVISTA
É DA TOTAL RESPONSABILIDADE DA
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.

COLABORAÇÕES NESTA EDIÇÃO

ANA FILIPA OLIVEIRA, ANA MARGARIDA
ESTEVES, BASTIEN LOLOUM, CÉSAR NETO,
EDUARDO GUDYNAS, JOSÉ LUÍS MONTEIRO,
LUÍSA SCHMIDT, MÁRIO PARRA DA SILVA,
NICOLÁS SAUTEJEAU E PEDRO CRUZ

COORDENAÇÃO EDITORIAL ANA FILIPA
OLIVEIRA

REVISÃO CÉSAR NETO

DESIGN GRÁFICO ANA GRAVE

ISSN 2182–8199

CONTACTOS PLATAFORMA PORTUGUESA
DAS ONGD / RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,
3º DTO / 1700–051 LISBOA / PORTUGAL /
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 /
SKYPE PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD
/ INFO@PLATAFORMAONGD.PT /
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

PEDRO CRUZ DIRECTOR EXECUTIVO /
PEDRO.CRUZ@PLATAFORMAONGD.PT

CÉSAR NETO RESPONSÁVEL DE
COMUNICAÇÃO /
CESAR.NETO@PLATAFORMAONGD.PT

LUCIANA ALMEIDA ASSISTENTE DE
PROJECTO /
LUCIANA.ALMEIDA@PLATAFORMAONGD.PT

ESTA EDIÇÃO FOI ESCRITA AO ABRIGO DO ANTIGO
ACORDO ORTOGRÁFICO.

3
EDITORIAL

4
DOSSIER 'DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SEM
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL – A QUE PREÇO?'

18
EM REDE

20
BOAS PRÁTICAS

22
INICIATIVA

24
PUBLICAÇÕES

25
AGENDA

Não há Desenvolvimento Económico sem Desenvolvi-
mento Social e Ambiental. Vale a pena repetir esta as-
sunção vezes sem conta, para não perder o norte e, efec-
tivamente, “não deixar ninguém para trás” como refere a
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, apro-
vada em 2015. Isto significa que a dimensão humana do
Desenvolvimento não deve ser dissociada da dimensão
ambiental (a relação das pessoas com a Natureza) e da
dimensão económica (da produção, da economia e do
consumo). Um desequilíbrio nesta fórmula provoca on-
das de choque à escala global e acentua desigualdades
entre pessoas, regiões, países, continentes.

Mais do que nunca é necessário ter em conta todas as di-
mensões do Desenvolvimento, sem descurar os detalhes,
para que o processo de desenvolvimento seja realmente
sustentável, coerente e duradouro. Será sustentável pro-
mover a criação de emprego e do tecido empresarial nos
países em Desenvolvimento e, em simultâneo, continuar a
dificultar o acesso desses mesmos países ao mercado glo-
bal? Qual a coerência em defender a inclusão do sector
privado no processo de Desenvolvimento enquanto ac-
tor-chave para a sustentabilidade, ao mesmo tempo que
se limita cada vez mais a acção, por exemplo, da Socie-
dade Civil? Que lugar está reservado a princípios como
os da solidariedade, da redistribuição e da redução das
desigualdades sociais, quando se privilegiam os interesses
económicos na política de Cooperação para o Desenvol-
vimento? Estes são apenas alguns exemplos, entre inúmer-
as questões que se podem (e devem) colocar a decisores
políticos, no plano nacional e também no internacional.

Nesta edição, convidámos um conjunto de pessoas que
têm trabalhado e reflectido sobre estas questões em Por-
tugal e lá fora. O dossiê abre com uma reflexão da in-
vestigadora Ana Margarida Esteves (ISCTE-IUL) em
torno do conceito de Desenvolvimento Sustentável e da
necessidade de mudar de paradigma para um modelo de
sociedade mais democrático, participativo e pós-cresci-
mento. Segue-se um texto de outra investigadora, Luísa
Schmidt (ICS-ULisboa) mais focado na Sustentabilidade
e Justiça Ambiental, que aponta o Desenvolvimento eco-
nómico como o principal factor de desequilíbrio e foco
de insustentabilidade das dimensões social e ambiental.

A sustentabilidade passa também pelo combate à cor-
rupção, como sublinha o Presidente da Aliança para
os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),
Mário Parra da Silva. “Devemos ser implacáveis com os
responsáveis das organizações que violem os bons prin-
cípios éticos da gestão e os seus deveres de fidelidade
para com os acionistas e outros elementos do ecossiste-
ma empresarial”, refere no texto.

Do outro lado do Atlântico, o Coordenador de *Advocacy*
na Associação Chilena de ONG (Acción) e Membro do
Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONG
(FIP), Nicolás Sautejeau, explica como está a ser imple-
mentada a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentá-
vel na América Latina e Caraíbas. Enquanto o Director
Executivo da Plataforma Portuguesa das ONGD, Pedro
Cruz, fala da Agenda 2030 e do contributo que todos e
todas podem dar para a sua implementação.

Em entrevista, o investigador e activista uruguaio Eduar-
do Gudynas defende que não se deve falar em equilíbrio
entre estas três dimensões, mas sim privilegiar a dimen-
são humana e a sua articulação com o ambiente.

Noutro registo, o Project Officer na Oikos, José Luís
Monteiro, e Bastien Loloum, Coordenador da Oikos em
São Tomé e Príncipe, apresentam, na rubrica *Em Rede*,
as conquistas e os desafios da Rede Bio de Organizações
da Sociedade Civil em São Tomé e Príncipe, que se uniu
para preservar o ambiente do arquipélago. Nas *Boas
Práticas*, o responsável de Comunicação na Plataforma
Portuguesa das ONGD, César Neto, destaca as 10 prio-
ridades e as 10 práticas do documento *Making Rio Work*.
Finalmente, na *Iniciativa*, a investigadora na Associação
para a Cooperação entre os Povos, Ana Filipa Oliveira,
apresenta o Índice para uma Vida Melhor, da iniciativa
da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
Económico (OCDE), que parte da constatação de que a
medição do Produto Interno Bruto é redutora para ava-
liar o Desenvolvimento de um país.

DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD



DOSSIER

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SEM DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL – A QUE PREÇO?

O CONCEITO DE 'DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL' E A SUA DÚBIA TRAJECTÓRIA

ANA MARGARIDA ESTEVES
INVESTIGADORA, CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS,
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, ISCTE-IUL

Desde a publicação do **Relatório Brundtland** em 1987 que o termo “desenvolvimento sustentável” tem sido dos *slogans* mais utilizados por todas as entidades que querem dar uma imagem de estar a par dos “sinais dos tempos”. Por essa mesma razão, o termo acabou por ser banalizado e esvaziado do seu “miolo” conceitual, sendo muitas vezes usado como “palavra mágica” para automaticamente conferir uma aura de legitimidade a projectos cujas motivações e dinâmicas fundamentais colocam em cheque o próprio objectivo de sustentabilidade.

‘O TERMO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” TEM SIDO DOS “SLOGANS” MAIS UTILIZADOS POR TODAS AS ENTIDADES QUE QUEREM DAR UMA IMAGEM DE ESTAR A PAR DOS “SINAIS DOS TEMPOS”.’

A forma como o conceito de “desenvolvimento sustentável” emergiu e se desenvolveu nas últimas décadas está profundamente enraizado nas dinâmicas de globalização e ajustamento estrutural que sustentam a luta pelo

acesso a mercados, por parte do “mundo industrializado”, que se seguiu ao período de descolonização. Tem a sua origem no paradigma de “conservação de recursos naturais”, desenvolvido nos anos 60 pela comunidade internacional como base para o desenvolvimento de planos nacionais para a salvaguarda da vida selvagem em países do continente africano que tinham recentemente ganho a independência. O propósito central era planear a actividade agrícola de forma a ter em conta os limites impostos pelo clima, pela qualidade do solo, pela água disponível e pelas florestas e sua fauna e flora.

Durante os anos 70, deu-se uma mudança de foco da “conservação” de recursos naturais para o “desenvolvimento” ao ter em conta, como objectivo central da gestão de recursos naturais, o assegurar da satisfação de necessidades humanas, além da participação comunitária e do uso de tecnologias adequadas. A “conservação de recursos naturais” deixou de ser vista como um fim em si mesmo para passar a ser um instrumento ao serviço do desenvolvimento económico e social. Os anos 60 e 70 foram também marcados pela publicação dos primeiros estudos que ligavam o modo de produção industrial com as alterações climáticas, tais como as chuvas ácidas e o efeito de estufa. Tais estudos inspiraram a criação do Clube de Roma em 1968, assim como a primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, que teve lugar em Estocolmo em 1970. Não obstante, a ligação explícita entre o modo de produção industrial e as alterações climáticas tendeu a esbater-se nas várias conferências internacionais sobre o tema que tiveram lugar durante a década de 70 e início da de 80. Tal aconteceu

a par da emergência do “Consenso de Washington” que marcou os processos de ajustamento estrutural, globalização financeira e abertura de mercados que caracterizaram a época.

O Relatório Brundtland foi resultado de uma série de compromissos entre vários grupos de interesse, com vista a gozar de uma aceitabilidade política a nível global. O objectivo fundamental do relatório foi o de dar directrizes aos países em desenvolvimento sobre como satisfazer as necessidades das suas populações de uma forma que não colocasse em perigo os recursos fundamentais que garantem a continuidade da vida humana no planeta Terra. No entanto, tinha como pressuposto fundamental o de que a erradicação da pobreza e a expansão do acesso a bens sociais só seria possível através de mais crescimento económico, o que só seria possível através de uma exploração mais acentuada dos recursos naturais e de uma maior abertura dos mercados, de forma a estimular o comércio internacional.

A partir da década de 90, foram publicados diversos estudos que mostram os limites que o ecossistema terrestre coloca ao crescimento económico. Publicações como o “Atlas da Pegada Ecológica” (“Ecological Footprint Atlas”) mostram que a capacidade do planeta Terra de sustentar a população humana, tendo em conta níveis correntes de crescimento demográfico e de consumo, tinha sido ultrapassada em cerca de 20% em 1990, tendo atingido cerca de 60% em 2015. Tal deve-se não só à explosão demográfica, ao aquecimento global e à depredação da biodiversidade, mas também à desflorestação, aos crescentes *deficits* de água potável em várias partes do mundo e ao eminente esgotamento de reservas minerais fundamentais à actividade económica e à manutenção de níveis de bem-estar semelhantes aos dos países industrializados. No entanto, os resultados das grandes conferências das Nações Unidas sobre as alterações climáticas mostram que, não obstante a informação disponível, continuam a existir grandes obstáculos de natureza política à promoção da mudança sistémica necessária à promoção de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, a longo prazo, nas suas vertentes ambientais, económicas e sociais.

O economista britânico David Fleming, na sua obra “The Lean Economy: Vision of Civility for a World in Trouble”, argumentou que o esgotamento dos recursos minerais que sustentam as cadeias de produção e comercialização que constituem a actual economia extractivista, acumulativa, industrial e globalizada criarão incentivos que irão sustentar a vontade política necessária para a promoção de um novo paradigma económico e de

desenvolvimento. Apesar desta constatação de que é necessária uma mudança paradigmática, ainda não está claro em que modelo de sociedade tal processo irá desembocar. Poderá ser caracterizado por uma perspectiva de pós-crescimento baseada na democracia participativa e na inclusão social ou, pelo contrário, pela continuação do modelo extractivista e de acumulação, com a sua continuidade garantida por níveis reforçados de exclusão socio-económica e de autoritarismo. A implementação de modelos “eco-autoritários” serviria para conter as pressões oriundas dos necessariamente vastos sectores da sociedade que seriam excluídos do acesso a níveis de conforto material vistos como “dignos” e fundamentais ao pleno desenvolvimento humano. A exclusão social destes sectores seria acompanhada pela sua menorização cívica e provável desumanização.

‘VALE A PENA IR PARA ALÉM DO DISCURSO DE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” VEICULADO PELO “STATUS QUO” E DAR MAIOR VOZ A MOVIMENTOS COMO O DE TRANSIÇÃO, DE ECONOMIA SOCIAL SOLIDÁRIA E DOS BENS COMUNS.’

O modelo de sociedade que irá resultar da necessária transição paradigmática – democrático, participativo e pós-crescimento ou “eco-autoritário” - dependerá em grande parte da configuração de forças políticas que irão emergir nos próximos anos. Vale por isso a pena ir para além do discurso de “desenvolvimento sustentável” veiculado pelo “status quo” e dar maior voz a movimentos como o de Transição, de Economia Social Solidária e dos Bens Comuns. Estes propõem modelos de desenvolvimento pós-crescimento alinhados com os valores democráticos e humanistas que supostamente sustentam as sociedades ocidentais.

SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

LUÍSA SCHMIDT
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (ICS–UL)

Uma das questões mais desafiantes que hoje se coloca ao desenvolvimento sustentável resulta de as dimensões ambiental e social serem indissociáveis. O Papa Francisco exprime-o bem na encíclica Laudato Si: “O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto. (...) Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socio-ambiental”. Quer isto dizer que o sistema económico que assenta historicamente na exploração ilimitada de recursos finitos e na perpetuação das mais desumanas desigualdades sociais é hoje o rosto daquilo que se chama a “insustentabilidade”.

‘QUER ISTO DIZER QUE O SISTEMA ECONÓMICO QUE ASSENTA HISTORICAMENTE NA EXPLORAÇÃO ILIMITADA DE RECURSOS FINITOS E NA PERPETUAÇÃO DAS MAIS DESUMANAS DESIGUALDADES SOCIAIS É HOJE O ROSTO DAQUILO QUE SE CHAMA A “INSUSTENTABILIDADE”.’

Não é novidade. De há muitas dezenas de anos para cá, que cientistas de vários quadrantes alertaram para a insustentabilidade ambiental e social do sistema que estava a ser construído. Mas a vertigem eufórica dos ganhos levou sempre a recusar esses avisos.

Demorou demasiado tempo para se perceber a profunda interligação entre as más notícias ambientais e as crises sociais – sejam as de persistente pobreza do 3º Mundo, sejam

as das rupturas sociais do mundo desenvolvido. Mas a pobreza e as desigualdades sociais mostraram-se finalmente como a outra face da exaustão natural do planeta, e a implicação recíproca de ambas passou a designar-se a “insustentabilidade” do sistema.

Os números divulgados pelas instituições internacionais, como a ONU e o Banco Mundial, continuam a ser impressionantes. Apesar da descida da taxa de pobreza no Leste da Ásia, graças sobretudo ao rápido crescimento da China (que ajudou a retirar da pobreza extrema cerca de 475 milhões de pessoas), no resto do mundo engrossou a população extremamente pobre: com destaque para a África subsariana, só para dar um exemplo. Calcula-se que o número de pessoas a viver em pobreza extrema se cifre actualmente em 836 milhões, ou seja, 90 milhões a mais do que se esperava antes da crise económica de 2008. Alguns países da América Latina, como o Brasil, que estiveram em recta ascendente, actualmente encontram-se em recessão e, tanto na Oceânia, como no Leste da Ásia e na África subsariana, a incapacidade de implementar acções fortes contra a fome poderá originar uma longa crise alimentar. As consequências podem ser fatais, pois mais de um terço das mortes de crianças em todo o mundo é ainda atribuída à desnutrição.

Por seu lado, a desflorestação mundial, continua a um ritmo alarmante atingindo 13 milhões de hectares por ano (uma área equivalente ao Bangladesh!). Apesar da crescente plantação e restauro de áreas florestais, a perda líquida global é ainda de 7,3 milhões por ano sobretudo nas regiões da África subsariana, da América Latina e das Caraíbas - o que contribui não só para o aumento do dióxido de carbono (CO2) na atmosfera, como para a redução das reservas de água doce potável. E, nesta matéria, a batalha continua difícil de vencer: 700 milhões de pessoas no mundo dependem de fontes de água “impróprias” para beber, cozinhar e tomar banho. Os enormes investimentos realizados no sector para expandir as fontes de água “melhoradas” têm evoluído positivamente, mas ainda sem cumprir os critérios básicos estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Relacionado com o problema da água, estão, aliás, as más condições de saneamento: em 2015, cerca de 2,5 mil milhões de pessoas ainda não dispunham de acesso a serviços de saneamento básico, o que gera em média a morte de 5 mil crianças por dia.

Ao mesmo tempo, a crise económica e financeira contribuiu para agravar fortemente a situação de muitas outras camadas da população mundial até aí fora de perigo, à medida que o número de desempregados cresce. Trata-se do fenómeno dos “novos pobres” estimando-se que tem aumentado exponencialmente o número de pessoas que passaram a viver abaixo do limiar de pobreza, mesmo em países desenvolvidos. De resto, por cada 1% de queda no crescimento das economias dos países em desenvolvimento regista-se um aumento de 20 milhões de pessoas a engrossar a legião de pobres.

‘RELACIONADO COM O PROBLEMA DA ÁGUA, ESTÃO, ALIÁS, AS MÁS CONDIÇÕES DE SANEAMENTO: EM 2015, CERCA DE 2,5 MIL MILHÕES DE PESSOAS AINDA NÃO DISPUNHAM DE ACESSO A SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, O QUE GERA EM MÉDIA A MORTE DE 5 MIL CRIANÇAS POR DIA.’

Para contrariar este horizonte de derrocada das sociedades humanas e do planeta, a ONU, enquanto autoridade que detém a chave do sistema internacional, tem-se mobilizado e após inúmeras negociações lançou, em finais de 2015, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – a implementar por todos os países do mundo entre 2016 e 2030.

Os ODS são 17 e passam por temas e problemas tão diversos e importantes como a erradicação da pobreza e da fome; a redução das desigualdades sociais; acesso à saúde, educa-

ção, à água e ao saneamento; combate às alterações climáticas e à degradação dos ecossistemas marinhos e terrestres; energia acessível e limpa; reforço da igualdade de género; produção e consumo responsáveis e cidades sustentáveis; novos empregos; acesso à justiça, combate à corrupção, instituições fortes que protejam os bens comuns.

‘DISPOMOS HOJE EFECTIVAMENTE DE RECURSOS DE CONHECIMENTO E DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS QUE PERMITEM JÁ CONFIGURAR UM SISTEMA ECONÓMICO BEM DIFERENTE – AMBIENTAL E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL E TAMBÉM ECONOMICAMENTE VIÁVEL.’

Os ODS, juntamente com o Acordo de Paris para as alterações climáticas, ajudarão a restaurar a “saúde” do sistema económico, criando empregos, empresas e combatendo simultaneamente as crises da crise: as alterações climáticas, a dependência dos combustíveis fósseis, a devastação dos recursos finitos, a catástrofe alimentar e a pobreza tenaz.

Dispomos hoje efectivamente de recursos de conhecimento e de soluções tecnológicas que permitem já configurar um sistema económico bem diferente - ambiental e socialmente sustentável e também economicamente viável.

O caminho não é fácil, mas não existe outro. A vitalidade da esperança que anima as sociedades, até nas condições mais difíceis, ajudarão a encontrar caminhos para o futuro que todos precisamos.



CORRUPÇÃO: UMA AMEAÇA ÀS ORGANIZAÇÕES, À ECONOMIA E TAMBÉM À SUSTENTABILIDADE

MÁRIO PARRA DA SILVA
PRESIDENTE DA ALIANÇA PARA OS ODS, UN GCNP REPRESENTATIVE

A Agenda 2030 dá uma especial importância à dimensão económica da Sustentabilidade, enquanto viabilizadora e amplificador dos impactes positivos dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A actividade económica vive, em todo o mundo e em todas as organizações que a ela se dedicam, no equilíbrio entre o valor gerado e o custo necessário para o gerar. Além disso, tem de produzir remuneração adequada aos vários elementos do seu ecossistema, porque se o não fizer ou eles a abandonam ou lhe prestam mau serviço, conduzindo à sua extinção.

Um desses elementos do ecossistema é o detentor do capital e outro é o detentor do poder de administração. Nas últimas décadas estes dois elementos separaram-se com o crescimento do poder dos administradores e o crescimento de mobilidade e fluidez do capital.

Em muitos casos isso conduziu à violação das regras de fidelidade aos accionistas por administrações gananciosas, mais interessadas no seu enriquecimento rápido do que na sobrevivência da organização e na defesa do capital nela investido. Os danos colaterais foram a destruição de ecossistemas económicos com perda de postos de trabalho, perda de cliente para a cadeia de abastecimento, perda de receitas fiscais ou mesmo de incentivos atribuídos, entre outras consequências.

Este fenómeno, que tem destruído entre nós algumas entidades que eram de referência, não é adequadamente descrito pelo conceito atual de “corrupção”. Vai muito mais além do que se chama hoje corrupção. Trata-se de um novo tipo de corrupção, de uma nova ameaça às organizações, à economia e também à Sustentabilidade. Trata-se de uma ameaça nova porque assenta numa nova e ainda pouco conhecida realidade – o desvio do poder do accionista para o administrador, que o consegue pagando bons dividendos a accionistas que não estão muito interessados em saber de onde provém o lucro que lhes é distribuído.

Ora verifica-se que esses “lucros” raramente provêm das “operações” e muitas vezes são originados em outro tipo de transações, de alto risco, que implicam cumplicidades e perdas para a parte não representada – o contribuinte, o consumidor, o cidadão. Claro que é suposto esta parte estar representada pelo poder político, mas todos sabemos que a política é uma arte do curto prazo, do possível, do pragmático e do compromisso. Por demais temos visto que esta arte contemporiza com alguns interesses, porque necessita de investimento, crescimento, exportações, por aí fora.

‘A DEFESA DAS COMUNIDADES
CONTRA ESTES DESVIOS
TEM DE RADICAR TAMBÉM,
PARA ALÉM DA LEI E DOS
TRIBUNAIS, NA FIRME DIFUSÃO
E IMPOSIÇÃO DE UMA ÉTICA DE
GESTÃO A TODOS OS NÍVEIS.’

A defesa das comunidades contra estes desvios tem de radicar também, para além da Lei e dos Tribunais, na firme difusão e imposição de uma ética de gestão a todos os níveis. E é o acionista que terá de cuidar dessa dimensão. Se não for um mero especulador desejará proteger o seu investimento e acautelar riscos decorrentes de práticas lesivas. Surge assim a figura já adoptada por algumas organizações internacionais do provedor de ética ou do “chief ethical officer” ou de director de *compliance*, entre outras. A questão seguinte coloca-se no real poder que este responsável terá para poder defender os valores éticos mesmo quando a mais alta administração pretender violá-los.

‘A AGENDA 2030 DEFINE OS 17 ODS
COMO INTEGRADOS E INDIVISÍVEIS, OU
SEJA, NÃO TEREMOS REALIZADO UM SE
NÃO REALIZARMOS OS OUTROS. POR
ISSO ESTE COMBATE PELO MERCADO
NIVELADO, ONDE TODOS COMPETEM
DE FORMA JUSTA, COM BASE NA
QUALIDADE DOS SEUS PRODUTOS
E SERVIÇOS E NA EFICIÊNCIA DOS
SEUS PROCESSOS DE NEGÓCIO, UM
MERCADO LIVRE DA CORRUPÇÃO E DO
SUBORNO, É OBRIGAÇÃO E INTERESSE
DE TODAS AS ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL.’

Para o *UN Global Compact*, a Agenda 2030 e os ODS têm de ser aplicados respeitando a moldura dos seus 10 Princípios, e na dimensão aqui em análise, o décimo princípio de combate à corrupção em todas as suas formas. Talvez o menos conhecido, o ODS 16, meta nº 5, reproduz esse 10º Princípio.

A Agenda 2030 define os 17 ODS como integrados e indivisíveis, ou seja, não teremos realizado um se não realizarmos os outros. Por isso este combate pelo mercado nivelado, onde todos competem de forma justa, com base na qualidade dos seus produtos e serviços e na eficiência dos seus processos de negócio, um mercado livre da corrupção e do suborno, é obrigação e interesse de todas as organizações da Sociedade Civil.

Devemos saudar, estimar, ajudar e premiar as organizações de negócios que geram emprego e riqueza fornecendo os produtos e serviços de que precisamos e levando desenvolvimento onde a oportunidade se apresenta como viável. Devemos estimular e estimar o empreendedor que lança novos negócios correndo os seus riscos e apostando nas suas competências.

Mas devemos ser implacáveis com os responsáveis das organizações que violem os bons princípios éticos da gestão e os seus deveres de fidelidade para com os acionistas e outros elementos do ecossistema empresarial. A Sustentabilidade exige-o. A corrupção, em última análise, prejudica os Estados, os trabalhadores, o ambiente e a confiança. Devemos tratá-la como a nossa inimiga comum.

‘DEVEMOS SER IMPLACÁVEIS COM OS
RESPONSÁVEIS DAS ORGANIZAÇÕES
QUE VIOLEM OS BONS PRINCÍPIOS
ÉTICOS DA GESTÃO E OS SEUS
DEVERES DE FIDELIDADE PARA COM
OS ACIONISTAS E OUTROS ELEMENTOS
DO ECOSSISTEMA EMPRESARIAL.
A SUSTENTABILIDADE EXIGE-O.’

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO ATRAVÉS DE UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

O CASO DA AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS

NICOLÁS SAUTEJEAU
COORDENADOR DE ADVOCACY NA ASSOCIAÇÃO CHILENA DE ONG (ACCIÓN) E MEMBRO DO FÓRUM INTERNACIONAL DE PLATAFORMAS NACIONAIS DE ONG (FIP)

A implementação da Agenda 2030 na América Latina e Caraíbas (ALC) debate-se com um ciclo político e socioeconómico repleto de desafios, de diferentes naturezas e âmbitos, que são amplamente determinados pela situação económica global e acentuados pelas muitas lacunas estruturais e clivagens ideológicas existentes nos diferentes países nesta região.

Antes de se iniciar o debate sobre a implementação de uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável é preciso ter em conta que a América Latina e Caraíbas é a região do Mundo com maiores desigualdades. A concentração de riqueza varia de país para país, mas analisando toda a região, 10% da população possui 71% da riqueza segundo dados da Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (ECLAC) relativos ao ano de 2014. Este ponto de partida demonstra que o Desenvolvimento na região está intrinsecamente vinculado ao crescimento económico, em muitas casos sem ter em conta considerações ambientais e de justiça social.

A economia da América Latina teve um crescimento bastante positivo entre 2003 e 2013 – especialmente entre 2003 e 2008 – com um pico de crescimento regional agregado de 5% (ligado ao super ciclo de mercadorias em grande parte devido ao crescimento da China). Quase todos os países da região beneficiaram de melhores

taxas de emprego, salários mais elevados e maior despesa pública. No entanto, a natureza das estruturas produtivas da maioria dos países da região (muito dependentes da solidez da economia global) tem dificultado as perspectivas de crescimento desde a desaceleração da economia chinesa. Neste contexto, as muitas lacunas estruturais do sistema socioeconómico da América Latina e Caraíbas tornaram-se cada vez mais visíveis: as economias não diversificadas, as lacunas ao nível dos salários e produtividade, as disparidades educacionais e geográficas, entre outras. Estes indicadores são agravados por desigualdades étnicas, raciais e de género.

Dada a escala e a interligação entre muitos dos desafios relacionados com a implementação da Agenda 2030 na região, as questões sociais necessitam de ser abordadas de forma abrangente e inclusiva, para impulsionar um equilíbrio entre Estado, mercado e sociedade, colocando os holofotes nas muitas interdependências existentes. Os problemas são muitos, é fundamental acabar com as desigualdades que são reproduzidas de geração para geração, através da educação e fomentando a inclusão e a participação no desenvolvimento económico e social (com ênfase nas questões de género, raciais e étnicas).

Na dimensão económica, os países precisam de intensificar a diversificação económica, criar empregos produtivos e decentes, acabar com as lacunas de produtividade e ao nível da protecção social entre diferentes sectores da economia, bem como construir estruturas fiscais progressivas (incluindo a luta contra a evasão fiscal).

Na dimensão ambiental, os desafios passam por incorporar os princípios do Desenvolvimento Sustentável no desenho das políticas e estratégias nacionais de Desenvolvimento, tendo sempre em conta as alterações climáticas e promovendo a conservação e regeneração da biodiversidade.

Na dimensão da governança, o maior desafio é promover uma participação social significativa nos ciclos de políticas públicas, promovendo a transparência e combatendo a corrupção.

Para fazer face a esta longa lista de desafios, foi criado o **Fórum sobre Desenvolvimento Sustentável**, cuja primeira edição decorreu na Cidade do México nos dias 26 a 28 de Abril deste ano. Este Fórum procura contribuir para dar mais coerência e substância a uma paisagem multilateral outrora fraca e fragmentada, constituída por uma multiplicidade de iniciativas – com diferentes naturezas, objectivos e âmbito geográfico – e integrando organizações complementares e concorrentes com membros sobrepostos.

AGENDA 2030: ACREDITAR NUMA UTOPIA?

PEDRO CRUZ
DIRECTOR EXECUTIVO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD¹

Há muito que se sabe que o Desenvolvimento é um processo complexo e um desafio multidimensional, com interligações entre as diversas variáveis económicas, sociais e ambientais. Há muito que se diz que o crescimento económico não resulta necessariamente num desenvolvimento inclusivo, ou que o desenvolvimento não poderá ser sustentável sem a preservação e defesa ambiental do planeta em que vivemos, nem sem assegurar a satisfação de direitos sociais básicos das populações. No entanto, só em 2015 foi possível conceber uma agenda global de desenvolvimento aprovada ao mais alto nível político e que integrasse estas 3 dimensões numa visão comum e universalmente partilhada do que queremos para a humanidade nos próximos anos.

Apesar de estar organizada em 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que valem por si só e como um todo, a interligação das dimensões económica, social e ambiental nos vários objectivos e metas é incontestável. Nunca será possível progredir nas questões do trabalho digno (ODS 8) ou da segurança alimentar, sem equacionar, por exemplo, a igualdade de género (ODS 5) e assuntos mais específicos como a posse de terras, como não o será se não forem salvaguardados aspectos de preservação ambiental na actuação dos estados e das empresas (integrados por exemplo no ODS 11 e 12, entre outros). Não será possível cumprir o objectivo de eliminação da pobreza (ODS 1) ou da fome (ODS 2) sem que haja segurança e paz (ODS 16), ou se não forem reduzidas as desigualdades (ODS 10). Não haverá redução das desigualdades sem uma educação de qualidade (ODS 4), sem acesso à água e saneamento (ODS 6), ou sem melhores condições de saúde (ODS 3). E estas ligações tornam-se mais específicas e complexas quando falamos das 169 metas definidas.

A complexidade destas interações torna a gestão da Agenda 2030 especialmente difícil e a sua implementação quase utópica, na medida em que agrega objectivos e interesses que, na prática e em situações concretas, se podem apresentar como contraditórios e até divergentes (por exemplo na actuação dos diversos actores, ou na concepção e implementação de políticas). No entanto, torna também a Agenda muito mais adequada às necessidades actuais e mais consentânea com o que são os desafios reais do Desenvolvimento, ao nível global, nacional e local.

Até 2015, as agendas de Desenvolvimento e do Ambiente caminharam lado a lado mas em processos paralelos, como se prosseguissem interesses completamente díspares, com o ambiente a ganhar preponderância na cena internacional, e as questões do desenvolvimento humano e social a ficarem espartilhadas numa lógica de Ajuda ao Desenvolvimento, dos países mais ricos aos países mais pobres. Com a integração das duas agendas, o desenvolvimento humano ganha mais força e universalidade, sendo agora, pelo menos no papel, uma responsabilidade de todos, para todos.

E é uma responsabilidade assumida pelos próprios agentes económicos e pelo sector privado, pela primeira vez envolvidos na concepção desta agenda e, esperamos, na sua implementação. Mas, como o comprovam as crises financeiras dos últimos anos, a actuação do sector privado pode ser eficaz na criação de riqueza mas é tão ou mais ineficaz na sua distribuição equitativa.

Para a Sociedade Civil é, pois, absolutamente necessário que a interligação das 3 dimensões do desenvolvimento sustentável traga consigo uma complementaridade real entre as intervenções de governos (centrais e locais), organizações da sociedade civil e empresas. Esse é dos maiores desafios mas também uma das maiores potencialidades da Agenda 2030: abrir espaços para promoção de parcerias entre organizações de diferentes tipos e que trabalham em diferentes sectores.

Muitas organizações da Sociedade Civil, de diferentes áreas e com diferentes objectivos, estão já a trabalhar em conjunto procurando cumprir o espírito dos ODS e contribuir para concretizar a sua visão sistémica, indivisível e inclusiva. Cabe-nos também estender este espírito de parceria a todas as outras entidades com quem partilhamos responsabilidade na concretização dos ODS.

¹ A PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD FAZ PARTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONSULTA PÚBLICA À SOCIEDADE CIVIL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.



1ª FASE DO PROJECTO MONAPO – RUMO AO DESENVOLVIMENTO.
MOÇAMBIQUE. ADPMÉRTOLA 2008.

DOSSIER

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SEM DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL – A QUE PREÇO?

À CONVERSA COM...

EDUARDO GUDYNAS

INVESTIGADOR, PROFESSOR E ACTIVISTA
ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ENTREVISTA REALIZADA POR
CÉSAR NETO
RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO
DA PLATAFORMA ONGD

O DEBATE ACTUAL SOBRE DESENVOLVIMENTO CENTRA-SE NA NECESSIDADE DE ASSEGURAR UM EQUILÍBRIO ENTRE AS DIMENSÕES ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL. NA SUA OPINIÃO, COMO É POSSÍVEL ENCONTRAR ESSE EQUILÍBRIO?

Considero que a ideia de equilíbrio não é uma abordagem adequada e, por isso, tem muitos erros. Esta ideia implica colocar ao mesmo nível aspectos sociais e, por exemplo, aspectos ecológicos, quando na sua essência são muito distintos, têm componentes e dinâmicas muito diferentes, por exemplo, eu posso regular socialmente ou tomar decisões políticas sobre o mundo social, mas um Parlamento não pode votar que a Natureza se regenere mais rápido. Além disso, a ideia de equilíbrio é uma ideia criada inicialmente pelas visões conservadoras de Desenvolvimento nos anos 90, que estabeleceram que devia haver um equilíbrio entre mercado, Estado e sociedade e com isso, sem muitos darmos conta,

colocava-se ao mesmo nível de hierarquia o mercado e toda a sociedade, por exemplo. A ideia de equilíbrio é um erro, a abordagem que nós seguimos é que as opções humanas deviam estar demarcadas dentro da capacidade do ambiente, e o equilíbrio é isso, como saber adaptar-se.

‘A IDEIA DE EQUILÍBRIO IMPLICA COLOCAR AO MESMO NÍVEL ASPECTOS SOCIAIS E, POR EXEMPLO, ASPECTOS ECOLÓGICOS, QUANDO NA SUA ESSÊNCIA SÃO MUITO DISTINTOS, TÊM COMPONENTES E DINÂMICAS MUITO DIFERENTES.’

ALGUMAS COMUNIDADES, POR EXEMPLO DO EQUADOR, TÊM UMA CULTURA FORTEMENTE MARCADA PELO RESPEITO PELA NATUREZA E PELA SOLIDARIEDADE E RECIPROCIDADE. QUAL A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS COMUNITÁRIAS, ASSENTES NA “SOLIDARIEDADE E RECIPROCIDADE, ATRAVÉS DE PROCESSOS PARTICIPATIVOS E PARTICIPADOS, PARA UM DESENVOLVIMENTO EFECTIVO E REAL”?

Primeiro, não há Desenvolvimento real. O Desenvolvimento sempre tem limitações que passam despercebidas a quem beneficia, sobretudo no consumo e na economia, mas contém uma outra face, pois há ambientes deteriorados e/ou grupos sociais afecta-

dos por o que aqueles estão ganhando, portanto a ideia de Desenvolvimento real é um mito. Então, nas opções que existem para poder ir mais além do mito do Desenvolvimento real, há uma forte componente de um retorno ao comunitário, assente em alguns exemplos provenientes de países do sul, mas que também estão presentes nas sociedades e no mundo rural na Europa, que são as relações de proximidade e reciprocidade, de retribuição, de altruísmo, que se encontram em alguns bairros, em algumas comunidades pequenas, tanto no Sul como no Norte. A reconstrução do comunitário (*comunal*), é uma componente muito importante, porque precisamente o mito do Desenvolvimento destrói o comunal e aponta ao individual.

‘A RECONSTRUÇÃO DO COMUNITÁRIO (COMUNAL), É UMA COMPONENTE MUITO IMPORTANTE, PORQUE PRECISAMENTE O MITO DO DESENVOLVIMENTO DESTRÓI O COMUNAL E APONTA AO INDIVIDUAL.’

EM TODO ESTE PROCESSO, QUAL O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL? QUAL PODE SER A SUA CONTRIBUIÇÃO?

A Sociedade Civil organizada é de enorme importância. Defendo que se organize para tudo o que queira, e nenhuma dessas organizações deve ser impedida

de o fazer. Agora há grupos que se organizam para limpar uma zona da cidade, outros para defender a igualdade de género, e assim sucessivamente, portanto há múltiplas organizações com diversos focos temáticos, que geram a possibilidade desta mudança. Reconhecendo isto, há outro nível que considero muito importante, há que admitir que existem diversas pressões políticas dentro da sociedade civil, logo haverá algumas mais inovadoras e também poderá haver outras mais conservadoras, e há que saber lidar com isso. Outro nível que parece fundamental, e creio que aí a experiência sul-americana é importante, pois teve casos com êxito e outros em que fracassou, é a importância de poder coordenar essas diferentes organizações, grupos, ONG, que estes se coordenem entre eles em áreas em que há interesses sobrepostos, porque a fragmentação do mundo organizado não contribui, muitas vezes, para promover e gerar mudanças de fundo. Saber estruturar redes e confederações é de enorme importância.

PARA TERMINAR, COMO PERSPECTIVA A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA AGENDA DO DESENVOLVIMENTO 2030 E O SEU IMPACTO PARA O DESENVOLVIMENTO? QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A NOVA AGENDA DO DESENVOLVIMENTO 2030?

Participar no debate sobre a nova Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável é interessante e obriga a voltar a analisar, expressar, discutir o que significa hoje, no Século XXI, o Desenvolvimento. Isto é muito

importante. Permite manter o tema do Desenvolvimento na agenda e na atenção dos cidadãos e cidadãs. Segundo, julgo que é necessário compreender e entender as implicações dos pontos que se vão apoiar e questionar, porque alguns pontos da agenda que podem parecer muito bons para deter alguns impactos sociais e ambientais negativos, como por exemplo apelar à ideia de bens e serviços ambientais, que pode ser feito com boa intenção, na realidade reforça uma visão da natureza e da sociedade muito mercantilizada, muito economicista. Então quando alguém defende ou questiona as componentes da Agenda, é preciso ter presente a consequência disso, que temas está favorecendo ou sobre que temas está alertando. Isto obriga as organizações da sociedade civil a um debate sobre Desenvolvimento a longo prazo e a um nível conceptual mais profundo, o que nem sempre se faz. Há um terceiro aspecto, a Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas é muito facilmente cooptada e manejável pelos governos e pelo sector empresarial, portanto há que ter barreiras e mecanismos de defesa para que isso não ocorra, sobretudo em tempos onde na Europa, no Norte da América, e em outros países, há um regresso de governos muito conservadores, e muitos destes governos conservadores dirão que estão de acordo com uma Agenda de Desenvolvimento, e talvez haja até algum que esteja de acordo com o uso da palavra sustentável. Isto exige que se tenha muito cuidado na forma como se apresentam os argumentos para alertar sobre os efeitos negativos que podem ter este tipo de abordagens.

E COMO VÊ O FACTO DE NÃO SER UMA AGENDA VINCULATIVA?

É preciso ter muito cuidado, porque as discussões sobre Desenvolvimento sempre são, no fundo, discussões nacionais. Se um grupo de países impõe uma certa Agenda de Desenvolvimento, inclusive nos casos em que estou de acordo com a Agenda pelos seus valores ecológicos, de justiça social, entre outros, há que reconhecer que pode ser um mecanismo perigoso de imposição política a outros países. Por outro lado, muitas nações aproveitam esta desculpa da autonomia nacional para justificar qualquer tipo de agenda de altíssimo custo social e ambiental. Por isso, uma vez mais, a discussão sobre a Agenda parte sempre e deve regressar à escala nacional.



EDUARDO GUDYNAS



LANÇAMENTO DE FACTSHEETS INFORMATIVAS DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD SOBRE O ESTADO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA. ACER. 2013.

RECURSOS FUDAMENTAIS

African Civil Society Circle (2016). *The roles of Civil Society in localising the Sustainable Development Goals*

Chang, T. *Reducing Inequality: Indicators to match the Ambition of the 2030 Development Agenda*

Fleming, D. (2001). *The Lean Economy: a vision of civility for a world in trouble*

Global Footprint Network (2010). *The Ecological Footprint Atlas 2010*

Lesbaupin, I. e da Silva, E. B.(editores) (2017) *Para além do Desenvolvimento: Construir Outros Horizontes Utópicos*

Oliveira, R.R. (2013). *Visões Económicas e Desenvolvimento Sustentável*

Organização das Nações Unidas. *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*

Scherr, S., Shames, S., Lee Gross, L., Borges, M.A., Bos, G. e André Brasser, A. (2017). *Business for Sustainable Landscapes: An Action Agenda for Sustainable Development*

United Nations Department of Economic and Social Affairs - UNDESA (2015). *Global Sustainable Development Report*

Vários (2011). *Futuro Sustentável: Uma nova Economia para Combater a Pobreza e Valorizar a Biodiversidade*

Welford, R. (Editor). *Sustainable Development*

World Commission on Environment and Development (1987). *Brundtland Report: Our Common Future*

Spotlight on Sustainable Development 2016 - Report by the Reflection Group on the 2030 Agenda for Sustainable Development

‘SITES’ DE REFERÊNCIA

Beyond GDP Initiative – European Commission / Global Festival of Ideas for Sustainable Development / International Institute for Sustainable Development / International Union for Conservation of Nature / Overseas Development Institute (ODI) - Sustainable Development / Sustainable Development – Knowledge Platform (ONU) / The World Bank - Sustainable Development / World Economic Forum – Beyond GDP



RETIRO DE PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA ORGANIZADO PELO PROJECTO FOR.BIO.STP.
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. FOR.BIO.STP 2016.

EM REDE

REDE BIO – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL UNIDAS PARA PRESERVAR O AMBIENTE EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

JOSÉ LUÍS MONTEIRO
PROJECT OFFICER NA OIKOS E BASTIEN LOLOUM, COORDENADOR
DE PAÍS – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NA OIKOS

A maioria das pessoas que visita São Tomé e Príncipe, regressa com uma imagem de natureza pristina e intocada... É verdade que o arquipélago é reconhecido globalmente como um *hotspot* de biodiversidade, nele abundando espécies que não existem em nenhum outro lugar no planeta (entre plantas e animais, a lista de endemismos ronda os 200). É verdade que a floresta tropical ainda cobre a esmagadora maioria do território do país (floresta essa que está classificada como a segunda, em termos de prioridade de conservação da avifauna, entre 75 florestas africanas). No entanto, a maioria das pessoas envolvidas em questões ligadas ao ambiente e ao desenvolvimento consegue ver um pouco mais além e reconhecem que toda esta beleza e riqueza natural é muito frágil e está ameaçada por opções de desenvolvimento que privilegiam o lucro rápido em vez da sustentabilidade no tempo.

‘TODA ESTA BELEZA E RIQUEZA NATURAL
É MUITO FRÁGIL E ESTÁ AMEAÇADA POR
OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO QUE
PRIVILEGIAM O LUCRO RÁPIDO EM VEZ DA
SUSTENTABILIDADE NO TEMPO.’

Motivados por esta certeza, em 2013, diversas organizações da sociedade civil começaram a juntar-se e a promover momentos de

reflexão conjunta sobre a situação em São Tomé e Príncipe. Durante este processo sete organizações de diversas origens geográficas e com diversas prioridades de intervenção uniram-se para procurar garantir que a sociedade civil teria uma palavra a dizer no combate às ameaças crescentes aos ecossistemas do país e para influenciar os novos projectos de desenvolvimento de grande dimensão que vão surgindo no país. Este grupo considera extremamente necessária a criação de um quadro de colaboração maior entre ONG com experiência e objectivos coincidentes em matéria de ambiente como forma de pressionar o país para cumprir os acordos ambientais assumidos a nível internacional.

É assim que surge a **Rede Bio São Tomé e Príncipe**, uma iniciativa que atualmente conta com sete elementos, todos eles organizações com actividade na área do ambiente no arquipélago. Destas organizações, duas são ONGD portuguesas (Leigos para o Desenvolvimento e Tese), quatro são organizações locais santomenses (ADAPPA, Zatona-Adil, Quá Tela e Marapa) e a outra é a Alisei (uma ONGD italiana já com muita experiência de trabalho em São Tomé).

Fazendo jus à máxima de que “juntos chegamos mais longe”, a Rede Bio vem assumindo o papel de interlocutor privilegiado entre a sociedade civil santomense e o Estado ou junto das inúmeras organizações internacionais interessadas no que se passa no país. A Rede tem conduzido diversas actividades colaborativas destacando-se, por exemplo, o Movimento Cívico contra a Desflorestação, a participação em processos de avaliação do impacto ambiental de grandes projectos nacionais (como a construção de uma Barragem Hidroelétrica no rio Iô Grande) ou a participação em consultas públicas sobre os Planos de Manejo dos Parques Naturais Obô de São Tomé e do Príncipe.

A utilidade da Rede Bio já é reconhecida dentro e fora das fronteiras de São Tomé e Príncipe. Por exemplo, a rede é o principal beneficiário do **FOR.BIO.STP**, um projecto promovido por duas ONGD portuguesas e uma santomense (Oikos, ACTUAR e ADAPPA) e apoiado pela União Europeia e pela Cooperação Portuguesa, que visa, entre outros objectivos, desenvolver as capacidades técnicas das organizações da sociedade civil santomenses. Para tal, diversos elementos destas organizações têm vindo a reforçar as competências em áreas como as Alterações Climáticas, a Valoração dos Serviços dos Ecossistemas, a Agroecologia ou a Planificação Estratégica.

A bem do ambiente e do desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe, o futuro desta rede parece ser risonho.

MAKING RIO WORK:

10 PRIORIDADES E 10 BOAS PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

CÉSAR NETO
RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO NA
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

O ano de 1992 ficou marcado pela Cimeira da Terra no Rio de Janeiro. Desde essa data muito foi feito, milhões de pessoas deixaram de viver na pobreza, verificaram-se grandes avanços ao nível da educação, saúde e direitos das mulheres, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Importa, neste momento, melhorar as condições de vida dos mais desfavorecidos, promovendo os Direitos Humanos e respeitando os recursos naturais do nosso planeta.

Esta publicação apresenta 10 prioridades que demonstram que um futuro sustentável obrigará a mudanças constantes na sociedade em que vivemos.

10 PRIORIDADES PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

PRIORIDADE 1: REINVENTAR O SISTEMA ECONÓMICO

- / Devem ser implementadas estratégias para fazer face aos custos sociais: impacto ambiental, utilização dos recursos naturais, perda da biodiversidade, exploração de mão-de-obra, ...
- / Impostos mais ecológicos: aumento dos impostos sobre a poluição, utilização de recursos naturais, sobre a utilização de energia proveniente de combustíveis

fósseis, e consequente redução dos impostos sobre o trabalho.

- / Desenvolvimento de indicadores que permitam analisar o Produto Interno Bruto Sustentável, tendo em conta os custos ambientais e factores sociais.

PRIORIDADE 2: RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

- / Estimular novas formas de financiamento tendo em conta critérios sociais e ambientais;
- / Prestação de contas, por exemplo, através de Relatórios Anuais de Sustentabilidade;
- / Ciclos de produção mais sustentáveis, assumindo a responsabilidade pelos efeitos sociais e ambientais.

PRIORIDADE 3: FECHAR CICLOS

- / Ciclos biológicos: ciclos de produção que tenham em conta os recursos naturais finitos, a perda de fertilidade dos solos e a perda de diversidade.
- / Ciclos tecnológicos: importante a aposta na redução, mas também no uso múltiplo e redesenho de produtos, explorando a capacidade energética dos materiais.
- / Economia mais ecológica: substituição de combustíveis fósseis finitos por fontes verdes, como plantas e micro-organismos, mas para tal é importante apostar no desenvolvimento de tecnologias inteligentes de bio-refinamento para explorar o potencial máximo destas fontes.

PRIORIDADE 4: INOVAÇÃO

- / Criar um ambiente favorável para o desenvolvimento de novas ideias e conceitos que façam face aos grandes desafios sociais;
- / Gestão pública ou público-privada dos bens públicos.

PRIORIDADE 5: ALTERAR ROTINAS

- / Urge alterar os estilos de vida e hábi-

tos de consumo. Só com uma mudança será possível a sustentabilidade.

PRIORIDADE 6: ESTIMULAR O DIÁLOGO

- / O Desenvolvimento Sustentável beneficia com o diálogo e o envolvimento de todas e todos.

PRIORIDADE 7: CAPACITAR AS PESSOAS

- / Importa capacitar as pessoas para poderem mudar o mundo em que vivem.
- / Aprendizagem sustentável, respeitando os nossos valores e os valores dos outros, e desenvolvendo capacidades de pensar o mundo como um sistema, distinguindo factos de opiniões e suposições e, principalmente, aprendendo com os erros.

PRIORIDADE 8: PARTILHA E UTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

- / Dar espaço à tecnologia sustentável: a tecnologia é parte da solução, pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de formas mais eficientes de utilizar os recursos naturais, por exemplo.
- / Partilha de conhecimento: é importante que os resultados da investigação científica e tecnológica estejam disponíveis para as organizações e indivíduos que dela possam beneficiar.

PRIORIDADE 9: MELHORAR OS CUIDADOS DE SAÚDE

- / Garantir que os cuidados de saúde sejam acessíveis a todos/as;
- / Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.

PRIORIDADE 10: ABORDAGEM SUSTENTÁVEL EM RELAÇÃO À TERRA, ÁGUA, ENERGIA E MOBILIDADE

- / Para fazer face à crescente procura de alimentos, será importante a aposta

numa agricultura que tenha sempre em conta os impactos ambientais;

- / Uso de espaços multifuncionais que permitam a habitação, lazer, habitat de vida selvagem, agricultura, minimizando os efeitos negativos nas pessoas, animais e ambiente.
- / Gestão integrada da água;
- / Promover e tornar o consumo energético mais eficiente;
- / Promover o transporte activo (caminhadas e bicicleta, p. ex.).

São ainda apresentadas 10 boas práticas que permitem perceber que cada vez mais as pessoas, as organizações, as empresas estão preparadas para fazer face aos desafios e contribuir para o Desenvolvimento Sustentável. Para tal, é essencial estarmos dispostos a aprender com os outros e a pensar e trabalhar em conjunto.

10 BOAS PRÁTICAS PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

1. ANEAMENTO NA CIDADE DE SNEEK

O sistema de saneamento utilizado em algumas casas nesta cidade permite uma gestão mais eficiente da água, por exemplo, o escoamento das sanitas, ao utilizar um sistema idêntico ao dos aviões. Outra aposta é na cozinha, onde a unidade de eliminação de resíduos, permite que esta água, bem como a água da casa de banho, vá directamente para a central onde as águas são tratadas e onde, por exemplo, o biogás da água poluída é utilizado para produzir água quente e aquecer as casas, poupando-se assim também nos custos de aquecimento.

2. GROASIS: RECOLHA DE ÁGUA NO DESERTO

A “Gorasis Waterbox” é uma simples caixa redonda, que no meio tem um buraco on-

de uma semente pode germinar e crescer. É feita de plástico mas pode ser reutilizada dez vezes para plantar dez árvores numa década, existindo também uma versão em papel.

3. LIBERTY: COMBUSTÍVEL PROVENIENTE DE RESÍDUOS VEGETAIS

A DSM desenvolveu uma tecnologia que permite a conversão de resíduos e partes não comestíveis de plantas em biocombustíveis, evitando assim a utilização de plantas que poderiam ser utilizadas para alimentação.

4. ICSR: INTERNATIONAL CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY

O Conselho Consultivo Social e Económico dos Países Baixos publicou um relatório no qual incentivou às práticas de Responsabilidade Social das Empresas, a nível global, para promover uma globalização sustentável, convocando as empresas a passarem à acção.

5. ENERGIA DAS ESTUFAS

O cultivo de flores e legumes em estufas necessita de grandes quantidades de energia, que actualmente ainda é proveniente de combustíveis fósseis. Com as mais recentes inovações, ao nível do isolamento e saneamento, espera-se que o consumo de combustíveis fósseis líquidos seja nulo.

6. PHARMACCESS: CUIDADOS PARA TODOS GRAÇAS AO FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

O acesso a cuidados de saúde por todos não é ainda uma realidade devido a situações de pobreza. Para fazer face a este problema, a PharmAccess Foundation desenvolveu uma abordagem inovadora, envolvendo o sector privado, que permitiu tornar os cuidados de saúde acessíveis aos mais pobres, melhorando ao mesmo tempo a qualidade dos serviços.

7. FLOATING PAVILION: EDIFÍCIO NA ÁGUA

Três enormes meias cúpulas flutuam no rio Rijnhaven em Roterdão. Trata-se do Pavilhão Flutuante que é um símbolo da construção sobre a água que tem como grande objectivo responder às inundações nos principais rios e à ameaça do aumento do nível do mar.

8. OVERDIEPSE POLDER: QUARTO PARA O RIO

A criação de áreas de armazenamento da água das inundações é uma das prioridades dos Países Baixos para o próximo século. Estes diques mais baixos permitem controlar o nível da água, protegendo a terra e as propriedades.

9. CLEANER LAUNDRY: POUPANDO ÁGUA E ENERGIA

Mais de ¾ da carga ambiental dos detergentes deve-se ao uso em lavagens de roupa. A Unilever, para fazer face a este problema, desenvolveu um detergente que pode ser usado a temperaturas mais baixas e com menos água, o que reduz o consumo de energia e de água.

10. ZEELAND SOLE COUNCIL: AGRICULTURA NUM CICLO SALGADO

Mais de metade da população mundial vive em áreas costeiras e de rio, onde o solo é mais fértil, contudo este terreno está a tornar-se cada vez mais salino. Neste sentido, formou-se o Zeeland Sole Council, uma quinta experimental num ambiente salino, onde se aposta na produção de solha, na conversão de luz solar e CO2 em alimentos através das algas.

¹ MAIS INFORMAÇÃO EM “MAKING RIO WORK: 10 PRIORITIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT & 10 BEST PRACTICES”

ÍNDICE PARA UMA VIDA MELHOR: PORQUE O PIB NÃO CHEGA

ANA FILIPA OLIVEIRA
INVESTIGADORA DA ACEP

Como vai a vida? – questiona-nos a frase de boas-vindas do **portal do Índice para uma Vida Melhor** (*Better Life Index*), promovido pela **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico** (OCDE). Lançado há cinco anos, este índice parte de um pressuposto simples: a medição do Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador insuficiente para calcular o nível de desenvolvimento dos países e de bem-estar das suas populações.

Senão vejamos: dados de 2015 demonstram que os EUA lideram os rankings do PIB, porém o país surge em 9.^a posição neste índice, desenhado a partir de indicadores que medem outras dimensões do quotidiano para além da riqueza produzida, tais como a habitação, a segurança, a educação, a saúde, o equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho ou as questões relacionadas com o meio ambiente, entre outras.

No ano passado, em **Davos**, o economista e Prémio Nobel da Economia, Joseph Stiglitz, explicava a visão redutora do PIB para medir a qualidade de vida nos EUA: “O PIB nos EUA tem vindo a crescer todos os anos, excepto em 2009, mas a maior parte dos americanos está pior do que há um quarto de século. Os benefícios foram para o topo. Na base, os salários reais convertidos para valores da actualidade são mais baixos do que eram há 60 anos. Portanto, este é um sistema económico que não está a resultar para a maioria das pessoas”.

A discussão tem quase uma década e passou a estar presente nos grandes fóruns internacionais de economia (Fórum Económico Mundial, ONU, União Europeia...), após a divulgação de um relatório produzido pelo próprio Joseph Stiglitz, com os economistas Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi – o **Relatório Stiglitz, Sen e Fitoussi**. O documen-

to, encomendado pelo então presidente francês Nicolas Sarkozy (2008), defendia a urgência de “descentrar” o enfoque no sistema de medição baseado na produção de riqueza para um sistema mais focado no bem-estar das gerações actuais e vindouras, incluindo, para isso, indicadores de progresso social.

Desde 1990, que o Índice de Desenvolvimento Humano promove uma classificação que vai além do PIB, incluindo indicadores como a esperança média de vida ao nascer e o acesso à educação. A novidade do Índice para uma Vida Melhor reside na integração de outras dimensões igualmente importantes e na interactividade com os utilizadores. Acedendo ao portal, o utilizador é convidado a elaborar o seu próprio índice, valorizando determinadas dimensões em detrimento de outras. A título de exemplo, se privilegia a qualidade do meio ambiente para ter uma boa qualidade de vida, deveria viver na Noruega. Se, em vez disso, valoriza o sentido de comunidade e a qualidade da sua rede de apoio social, faça as malas e mude-se para a Nova Zelândia.

‘O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO PROMOVE UMA CLASSIFICAÇÃO QUE VAI ALÉM DO PIB, INCLUINDO INDICADORES COMO A ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA AO NASCER E O ACESSO À EDUCAÇÃO. A NOVIDADE DO ÍNDICE PARA UMA VIDA MELHOR RESIDE NA INTEGRAÇÃO DE OUTRAS DIMENSÕES IGUALMENTE IMPORTANTES.’

Actualmente, o Índice para uma Vida Melhor abrange 38 países e o portal está traduzido para sete línguas, incluindo o português. Mais recentemente, o site divulgou um **Índice do Bem-Estar Regional** que permite medir a qualidade de vida de diferentes comunidades em cerca de 300 regiões dos países da OCDE. Com apenas um clique, ficamos a saber que Lisboa tem um nível de bem-estar semelhante à Galiza (Espanha), Abruzzo (Itália), North East England (Reino Unido) ou, no outro lado do mundo, Hokkaido (Japão).



ISTOCKPHOTO

PUBLICAÇÕES



EM DIRECÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – QUE NINGUÉM FIQUE PARA TRÁS!
CONSULTA PÚBLICA À SOCIEDADE CIVIL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

por VÁRIAS ORGANIZAÇÕES
em 2017



STATE OF CIVIL SOCIETY REPORT

por CIVICUS
em 2017
língua INGLESA

Este relatório apresenta uma reflexão sobre a relação entre sociedade civil e sector privado, apontando algumas práticas do sector privado que estão a contribuir para o desrespeito dos direitos humanos e a colocar em causa algumas liberdades fundamentais. Neste sentido, sugere ao sector privado um compromisso activo de trabalho em colaboração com a sociedade civil.

Conscientes das responsabilidades que as Organizações da Sociedade Civil terão na concretização da Agenda 2030 e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto de plataformas e redes nacionais, que representam diferentes tipos de organizações e de sectores da Sociedade Civil portuguesa, avançou com a realização de uma Consulta Pública à Sociedade Civil sobre a Implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável que decorreu ao longo de 2016. O relatório “Em direcção ao desenvolvimento sustentável – agir para não deixar ninguém para trás!” reúne os principais resultados do processo de Consulta à Sociedade Civil.



POLICY COHERENCE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT 2017
ERADICATING POVERTY AND PROMOTING PROSPERITY

por OCDE
em 2017
língua INGLESA



A GLOBALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
LIVRO DA 2ª CONFERÊNCIA DE LISBOA

por VÁRIAS ORGANIZAÇÕES
em 2017

Esta publicação resume as intervenções e debates da 2ª Conferência de Lisboa, realizada em Maio de 2016, abordando diferentes temas, desde a sustentabilidade à segurança, das reconfigurações geoeconómicas ao comércio, das crises da União Europeia ao papel de Portugal.

Com a adopção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, todos os países se comprometeram com um conjunto de metas e objectivos universais, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Contudo, traduzir esta visão em acção é um grande desafio. Neste relatório a OCDE identifica desafios e boas práticas para reforçar a coerência das políticas na implementação dos ODS, e apresenta oito pilares para a coerência das políticas para o Desenvolvimento tendo em conta a nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável.



AVALIAÇÃO EXTERNA DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO 2010-2015
RELATÓRIO FINAL

por CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO EDUCATIVAS
em 2017

O processo de avaliação teve como objecto e âmbito os cinco anos de implementação da ENED (2010-2015), os seus processos de desenvolvimento e de acompanhamento, abarcando o período de tempo compreendido entre o início da execução e a data inicialmente prevista para o seu término, considerando todo o território nacional. À semelhança do processo de elaboração e de acompanhamento, a avaliação teve um cariz participativo.

AGENDA

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

JULHO

8. XII ENCONTRO NACIONAL DA REDE DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL | Organizado por Rede de Educação para a Cidadania Global | LISBOA

AGOSTO

30. CONCURSO UNIVERSITÁRIO DE FOTOGRAFIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MIGRAÇÃO E REFUGIADOS | organizado por ONU

OUTUBRO

17-20. 4º FÓRUM MUNDIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL | organizado por Organização das Nações Unidas | PRAIA – CABO VERDE

SETEMBRO

2-3. CAMPANHA “É CAPAZ DE LHES DIZER QUE NÃO?” – RECOLHA DE MATERIAL ESCOLAR A NÍVEL NACIONAL | organizado por Cáritas

NOVEMBRO

6-8. 11TH ANNUAL FORUM OF DEVELOPING COUNTRY INVESTMENT NEGOTIATORS | organizado por International Institute for Sustainable Development | QUÉNIA

8. CAMPANHA DE NATAL “10 MILHÕES DE ESTRELAS – UM GESTO PELA PAZ” | Organizado por Cáritas



ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

ADIRN ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE

ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA

AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO

APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA

ASSOCIAÇÃO HELPO

ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS

ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

CÁRITAS PORTUGUESA

CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO

CHAPITÔ

CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

CONCEITOS DO MUNDO ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

EQUIPA D'ÁFRICA

EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

FUNDAÇÃO BOMFIM

FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT

FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO

G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL

ICE INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS

IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

MDM – P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

MENINOS DO MUNDO

MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE

MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES

OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA

ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

SAÚDE EM PORTUGUÊS

SAPANA

SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS

SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL

WACT WE ARE CHANGING TOGETHER

